



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE
DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

Data: 22 e 23 de agosto de 2013.

Local: Manaus (AM)

Participantes (verificar): José Emilio Magro (MTE/SRTE/ES), Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Soraya Silveira (MTE/SRTE/PE), Raul Brasil (MTE/SRTE/AM), Josemar Franco (MTE/SRTE/AM), Gisele Rodrigues (MTE/SRTE/AM), Francisco Edson Rebouças (MTE/SRTE/AM), Luiz Carlos Lumbreras (MTE/SRTE/RJ), Antonio Carlos Garcia Júnior (FUNDACENTRO), Álvaro Diniz (DPC), Ricardo Alberici (Marinha do Brasil), Elizandra Nascimento (Marinha do Brasil), Luiz Carlos Rodrigues Ferreira (MPT), Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), Guanito Prado A. Filho (FNP), Rogério Porto Veleda (FENCCOVIB), Juan Francisco de Oliveira (FENCCOVIB), Robson Wilson dos Santos (FNE), Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), João Carlos Matar (CNT), Angelo Rosestolato Soares (CNI), José Luiz Pedro de Barros (CNI), Elisangela Pereira Lopes (CNA), Lúcio Cabral (Porto Chibatão/AM).

Registramos que esta reunião foi realizada em dois dias: tarde do dia 22/08 e em todo o dia 23/08.

O coordenador, Sr. José Emílio Magro, representante do MTE, iniciou a reunião apresentando as bancadas e explicando a dinâmica da comissão.

Informes sobre alterações da NR-29

O Sr. José Emílio comenta sobre a dificuldade de o ministro assinar as alterações da NR-29, que estariam em sua mesa desde novembro de 2012. Como já houve inclusive alterações aprovadas posteriores vai se tentar agregar essas alterações mais recentes ao material inicial antes da assinatura do ministro. Como o atual Secretário do Trabalho já foi da Marinha e também do grupo portuário, espera-se uma ajuda de sua parte.

1. Leitura e aprovação da ata da 27ª RO da CPNP S. Fco. do Sul.

Durante a leitura da ata anterior, o coordenador comenta que a ata já foi enviada a todos da mesa, retificada por alguns, reenviada por fim sem outras alterações. Passando a fazer alguns comentários referente as pendências da reunião anterior:

- As mudanças na NR-29 sobre segurança de silos e armazéns apresentada pela Fundacentro foi discutida e o representante da CNA, Luiz Antonio Fayet, ficou de analisar com especialistas antes de se posicionar, tendo em vista que não houve resposta ficou mantida a pauta para esta reunião.

- O coordenador informou que a proposta de locais de repouso foi enviada com antecedência para os membros da comissão para avaliação.
- Quanto as moegas e funis, os itens e subitens já foram aprovados com ressalva que foi dado prazo de 2 anos para adequação dos equipamentos, NR 29.3.8.6.3.
- Os riscos de queda de barreiras e sinalização serão discutidos na reunião atual.
- Quanto às fichas de emergência de transporte, solicitadas por Fayet, informa que o representante do Min. dos Transportes não respondeu.
- Quanto à solicitação do representante da CONTTMAFF, Sr. José Adilson, como não pode vir, o assunto fica prejudicado nesta reunião, no entanto o coordenador, Sr. José Emílio, comenta que no Espírito Santo foi recusada a descarga de um navio pela administração do porto, uma vez que as instalações não possuíam tecnologia adequada para realização da operação sem risco. Tratava-se de carga de perfis metálicos com 12 a 15 metros de comprimento que ficaram emboladas no porão devido ao mar forte durante o transporte. O navio foi para Ilhéus onde a carga foi arrumada e depois voltou para o Espírito Santo para descarregar.
- O Sr. Rogério Porto Veleda, representante da FENCCOVB, comenta que o assunto sobre plataformas de serviço não evoluiu para essa reunião.

Após estas ponderações a ata foi aprovada sem alterações

2. Estudo de harmonização da NR 29 com a NR 35 – representante do MTE/SIT/DSST AFT – Luis Carlos Lumbreras Rocha;

O Sr. Lumbreras, representante do MTE na NR-35, fez uma explanação sobre a NR-35-Trabalho em Altura e sua aplicação em portos. Antes de iniciar sua apresentação explicou da importância de se entender a raiz da NR, pois alguns OGMOS estão vendo com ressalvas alguns pontos da norma. Devido ao pouco tempo disponível para a apresentação informou que o assunto seria abordado em linhas gerais, pois o objetivo é encontrar soluções para sua aplicabilidade em portos. O Sr. José Emílio explica que na próxima reunião a ser realizada no Rio de Janeiro em novembro se poderá ainda explorar mais esse assunto. Dentre os assuntos abordados foi apresentado o processo de elaboração da norma, de forma que os requisitos gerais fazem parte da norma, mas os específicos estão nas normas técnicas oficiais, internacionais e em anexos da própria NR, que se complementam. A aplicabilidade da NR 35 se restringe às situações em que os trabalhos se desenvolvam a mais de dois metros de altura e onde haja risco de queda. Comenta sobre as responsabilidades do empregador, salientando a necessidade de “assegurar a análise de risco”. As PT (Permissão de Trabalho) são realizadas quando recomendadas pela análise de risco ou quando a norma assim o exigir. Devem-se sempre desenvolver procedimentos operacionais para atividades rotineiras, os quais devem ser documentados, divulgados e cumpridos, diferente das avaliações prévias cujo objetivo é antecipar eventos indesejáveis não passíveis de previsão nas análises de risco, e não precisam ser escritos ou formalizados.

O Sr. Guanito contribuiu, que há casos não citados na NR 35, como trabalho em altura com chuva, que poderia ser negociado como condições impeditivas nos Acordos Coletivos. Lumbreras comenta que o trabalho com chuva não pode sempre ser considerado uma condição impeditiva, pois há casos que as atividades não podem deixar de serem realizadas, podendo ser feita uma análise do risco, com ou sem permissão de Trabalho.

Outro item focado pelo Sr. Lumbreras foi a necessidade de capacitação com treinamentos inicial, periódico e eventual, explicando que o eventual pode ocorrer sempre que há mudança nos procedimentos, por exemplo. José Emílio salienta a necessidade dos OGMOS “digerirem” na prática como será o curso para os TPAs que exercem atividades diferentes

nas diversas situações de trabalho no porto. Rosângela comenta que todos os TPAs teriam que fazer esse curso inicial pelo OGMO, mas se hoje ele trabalha em embarque/desembarque de containeres e amanhã vai para uma siderúrgica, por exemplo, o procedimento se altera e quem seria o responsável por esta capacitação, pois neste caso, pela norma teria que ter novo treinamento. Lumbreras enfatiza que todos devem ter treinamento inicial e que nestes caos, poderia se pensar nos procedimentos sobre a frequência de trabalho em certas situações sugerindo, por exemplo, que se o trabalhador passar 90 dias sem trabalhar numa determinada situação, poderia ter uma adaptação com uma mini-integração. Soraya sugere que, como previsto na norma, poderia haver um treinamento eventual antes do início das atividades de alguns minutos, 15/20 minutos conforme necessário, uma vez que a norma não determina carga horária para esse tipo de treinamento. Lumbreras complementa dizendo que se faz necessário a formalização com ata e certificado. José Emílio comenta sobre a necessidade de se ajustar a NR-29 para situações de diferentes realidades de acordo com o operador portuário. Representante da DPC-Marinha, Alvaro Diniz, comenta sobre as dificuldades de aplicação da NR-35 no que diz respeito a capacitação de trabalhadores.

Outro aspecto abordado foi as condições de saúde dos trabalhadores. Lumbreras explica que as condições de saúde são estabelecidas pelo médico através da sistemática de exames complementares ou outros critérios que ele possa aplicar.

Lumbreras continua sua explanação sobre a importância da análise de risco incluir pontos de ancoragem, seleção de EPI e uso de sistema de absorção de energia, sempre levando em consideração fator de queda/talabarte/trava-quedas retrátil. Foram apresentados em slides diversos desses equipamentos. Foi sugerido manual com sugestões e orientações para aplicação da NR-35.

José Emílio encerra a discussão ressaltando a importância da abertura desse assunto na pauta da reunião. Agradece a Lumbreras e a atenção de todos.

3. Segurança em armazéns e silos – inclusão de subitens – FUNDACENTRO;

A representante da CNA solicita adiamento uma vez que o representante titular, Sr. Fayet, não pode estar presente. Ainda em relação a este tópico a bancada dos trabalhadores sugere alteração do item 29.3.9.6.3 substituindo “*administração do porto*” por “*terminal portuário*”. Acatada a sugestão o Sr. Antonio Carlos Garcia, representante da Fundacentro, irá reformular o texto, devendo ser encaminhada ao Sr. Fayet para discussão na próxima reunião. O Sr. Antonio Carlos Garcia protestou quanto a ausência do Sr. Fayet, alegando que o assunto está em pauta há bastante tempo e que deve haver o compromisso da CNA de dar uma resposta final na próxima reunião. O Sr. José Emílio acrescenta que este será o primeiro assunto a ser pautado na próxima reunião no Rio de Janeiro. A bancada dos trabalhadores apoia o protesto de Antonio Carlos.

4. Inclusão de subitem – Local de Repouso – MTE;

Após lida a proposta do MTE:

29.4.1.2 – Todo terminal portuário deverá ter instalado um local de repouso, destinado aos trabalhadores que operem equipamentos portuários de grande porte, ou aqueles cuja análise ergonômica dos postos de trabalho exija que o trabalhador tenha períodos de descansos intrajornada. O local de repouso deverá ser climatizado, dotado de isolamento acústico eficiente e mobiliário apropriado ao descanso dos usuários.

O representante da CNT, Sr. João Carlos Matar, sugere incluir: “ *Todo terminal portuário, dentro ou fora do porto organizado, deverá ter instalado*”. Antonio Carlos, por sua vez, sugere: “*Toda instalação portuária deverá ser dotada de um local de repouso*”. Após rápida discussão foi aprovada a proposta do Sr. Antonio Carlos:

29.4.1.2 – Toda instalação portuária deverá ser dotada de um local de repouso, destinado aos trabalhadores que operem equipamentos portuários de grande porte, ou aqueles cuja análise ergonômica dos postos de trabalho exija que o trabalhador tenha períodos de descansos intrajornada. O local de repouso deverá ser climatizado, dotado de isolamento acústico eficiente e mobiliário apropriado ao descanso dos usuários.

Logo ao iniciar a reunião, no dia 23/08, a bancada patronal através do representante da CNC, Sr. Luiz Sergio Soares Mamari, solicita a retomada do item sobre local de repouso e sugere substituir *postos de trabalho* por *atividade de trabalho*. O representante da Fundacentro sugere suprimir ambos e ficar: “....*cuja análise ergonômica exija ...*”. Todos concordaram e o texto final ficou então:

29.4.1.2 – Toda instalação portuária deverá ser dotada de um local de repouso, destinado aos trabalhadores que operem equipamentos portuários de grande porte, ou aqueles cuja análise ergonômica exija que o trabalhador tenha períodos de descansos intrajornadas. O local de repouso deverá ser climatizado, dotado de isolamento acústico eficiente e mobiliário apropriado ao descanso dos usuários.

O Sr. Mamari, representante da CNC, solicita prazo de 90 dias a partir da publicação para cumprimento deste item. O representante da Marinha (DPC) e Fundacentro sugerem 6 meses, o que foi aceito por todos da mesa.

5. Proposta de modificação “Cargas Perigosas – Explosivos – FNP;

O representante da FNP, Sr. Guanito, apresenta proposta sobre cargas perigosas, item 29.6.4. O texto e justificativa já haviam sido enviados antecipadamente a todos os membros. Guanito comenta que a NR-29 limita a um tempo mínimo a permanência da carga perigosa no porto, sendo esta transferida para outros locais onde poderiam estar perto de colégios, residências, etc. Desta forma, os subitens “b” e “c” seriam alterados, adaptando-se às resoluções da ANTAC.

O Sr. José Luiz da bancada patronal comenta que a NR-19 foi alterada recentemente e que as normas do exército também serão alteradas e sugere parceria com o exército para formulação conjunta das alterações necessárias, pois não adianta alterar a NR-29 agora se depois teria de se adaptar às mudanças do exército. Inclusive o responsável pelas alterações é o coronel Aquiles, o mesmo que teria sido convidado para essa reunião, que não pode estar presente.

O Sr. Antonio Carlos da Fundacentro ressalta a necessidade de manter o item 29.6.5.6.1 que proíbe armazenamento de explosivos na área portuária e que é desnecessário mencionar regulamentos do exército. Defende que a NR-29 deve ser mantida como está e não deve ser alterada.

O Sr. José Emílio salienta que a NR-29, item 29.6.5.6.1 já inclui a NR-19 que sendo alterada automaticamente interfere no porto.

O Sr. Alvaro Diniz da DPC sugere inserir a Norma 29 que trata de produtos perigosos da mesma forma que inclui as normas do exército.

O Sr. Guanito esclarece que a Norma 29 se refere a carga a bordo e não em porto, explicando ainda, que o item 29.6.4.1 se refere especificamente a explosivos e suas sugestões estão baseadas de que com as gestões atuais na área de segurança do trabalho é possível manter cargas perigosas no porto.

Rosângela questiona sobre a importância da “operação” sobre o “armazenamento”, ou seja nada muda na operação, pois esta discussão refere-se a armazenamento, desta forma sugere manter os itens da norma, 29.6.4.1, sobre operacionalização.

O representante da Fundacentro ressalta sobre o risco da presença dessas cargas em caso de avaria e que não podem ficar próximas às operações de carga e descarga, além de que os explosivos não devem ficar armazenados no porto de forma alguma, portanto acha desnecessário, uma vez que o próprio exército já deve cumprir as diretrizes do decreto e portarias citadas. Ressalta que outras cargas, mesmo perigosas, podem ficar no porto obedecendo ao item 29.6.4 que remete ao IMDG.

O Sr. Guanito argumenta novamente que como os explosivos não podem ficar no porto, estão sendo encaminhados para áreas urbanas. O representante da Fundacentro diz que não é nossa responsabilidade se envolver onde será encaminhado, pois o dono da carga deveria levar para suas próprias instalações.

Rosângela, mais uma vez, sugere separar “operar” e “armazenar” na NR-29 e que o assunto deve ser discutido com mais profundidade.

O Sr. Mamari da CNC e o Sr. José Luiz ressaltam que o texto atual da NR-29 não proíbe carga perigosa e sim determinam um tempo mínimo (29.6.4 b), no entanto o item 29.6.5.6.1 proíbe armazenamento de explosivos no porto e não entendem como não há proibições de armazenamento fora do porto. A discussão se generaliza sobre onde pode ou não ser armazenados explosivos.

José Emílio retoma a discussão e considerando a importância do assunto, considerando que não houve consenso na discussão e ainda que não há presença do exército, órgão regulador da matéria, sugere a manutenção do assunto em pauta para a próxima reunião em novembro, onde deve ser feito o convite novamente ao exército pelo representante da FNP, Sr. Guanito. O Sr. José Emílio orienta o Sr. Guanito a alterar o item 29.6.4.1 da sua proposta retirando apenas a letra “a” e o Sr. José Luiz poderia contribuir, uma vez que participa das discussões da NR-19, lendo e talvez sugerindo algumas alterações com antecedência, tendo em vista seu conhecimento.

O Sr. Alvaro da DPC sugere que no convite ao Exército tenha o objetivo específico da presença de um representante.

6. Risco de quedas em barreiras – inclusão de subitens – Marinha do Brasil/DPC;

O Sr. José Emílio retifica que as mudanças quanto ao risco de quedas em barreiras, 29.3.8.2.1, seriam apresentadas pelo Syndarma sem representação nesta reunião. Após leitura do texto, sugere manter o item para discussão na próxima reunião. O Sr. Guanito sugere pela bancada dos trabalhadores manter na redação “efetuada pela pessoa responsável”, sugestão dada na reunião anterior. O Sr. José Luiz endossa a discussão para a próxima reunião e ressalta que a legislação citada se refere a carga a bordo e não é a mesma coisa quando a carga está em terra. O Sr. José Emílio ressalta também a importância da análise pelo Sr. Fayet pela CNA. Desta forma o assunto é mantido em pauta.

7. Sinalizações – inclusão de subitem – MTE;

O Sr. José Emílio explica que a inclusão deste item - sinalização (29.3.9.1)- se deve à discordância das autoridades, como MTE e MPT, por exemplo, sobre o que deve ser feito.

Daí a importância da inclusão deste subitem que esclareceria o que deve ser feito e dessa forma melhorar o entendimento com as administrações portuárias sobre o que deve ser cumprido. A proposta foi aceita pelos membros da mesa e aprovada.

29.3.9.1.1 – Cada porto organizado, terminal privativo e terminal retroportuário deverá dispor de sinalização adequada, que esteja contida em regulamento próprio, tais como sinalização vertical, horizontal, com dispositivos e sinalização auxiliares, semafórica, por gestos, sonora, visando a adequação do trânsito de pedestres, tráfego de veículos, armazenamento de carga, posicionamento de equipamentos fixos e móveis, a fim de preservar a segurança dos trabalhadores envolvidos nas diversas atividades executadas nestas áreas.

DEFINIÇÕES DE

- *Sinalização vertical : sinalização com placas e painéis.*
- *Sinalização horizontal: sinalização com faixas e marcas no pavimento.*
- *Dispositivo e Sinalização auxiliar: material de forma, composição, cor e refletividade diversos, aplicado em obstáculos, aplicado no pavimento da via ou adjacente à mesma.*
- *Sinalização semafórica: sinalização que se compõe de luzes acionadas alternada ou intermitentemente através de sistema elétrico/eletrônico, cuja função é controlar os deslocamentos.*
- *Por gestos: gestos feitos por pessoa responsável pelo trânsito no local.*
- *Sinalização Sonora: sinais de apito.*

8. Proposta de exclusão de expressão no texto do subitem 29.6.3.1.1 – CNT;

Em relação a exclusão de expressão "em português" no texto do subitem 29.6.3.1.1, O Sr. João Carlos Matar, representante da CNT, explica que hoje o inglês é usado o tempo todo e tem receio de que ao traduzir possa alterar o sentido do texto. Alega que para a Receita e Marinha, por exemplo, os documentos são enviados em inglês e aceitos por esses órgãos.

O Sr. José Emílio explica que essa informação é passada ao porto e ao OGMO, que por sua vez repassa aos trabalhadores e coloca o assunto a ser avaliado pela bancada dos trabalhadores.

O Sr. Rogério da FENCCOVIB diz que os trabalhadores devem receber as informações do OGMO em português e que neste caso as empresas é que deveriam contratar pessoas, como técnicos de segurança, com fluência em inglês para analisarem a documentação.

O Sr. Guanito da FNP enfatiza que o recebimento original poderia ser em inglês, não esquecendo que a informação final ao trabalhador deve ser em português. O Sr. Rogério acrescenta que já há dificuldades em aplicar a norma estando em português, imagine se estiver em inglês. Nem todos os OGMOs estariam preparados para traduzir. Comenta que se estamos no Brasil, os documentos deveriam estar em português.

A Sra. Rosângela entende a proposta que foi apresentada, no entanto ressalva a diferença entre a informação transferida para os órgãos e a recebida pelos trabalhadores. Resumindo que para os órgãos poderia ser a original, ou seja, inglês, pois a eles caberiam ter técnicos com entendimento no assunto, mas a informação que chega aos trabalhadores, através de seus sindicatos deve ser em português, item **29.6.3.5 "a"**.

O Sr. Antonio Carlos e a Sra Soraya alegam que a norma no item 29.6.3.1.1 trata de certas exigências no conteúdo, que o documento em inglês pode não incluir, e que este documento em questão seria gerado para atender as exigências contidas neste item.

O Sr. José Emílio diz que o MTE não é considerado autoridade portuária e não está incluído no projeto "porto sem papel", e que para a segurança do trabalho o papel é muito

importante, pois é onde está a informação e a pessoa responsável por essa informação. Ressalta a importância de a informação chegar ao trabalhador em português e sugere amadurecer a proposta interligando o item 29.6.3.1.1 com o 29.6.3.5 “a”.

O Sr. Guanito sugere alteração no item 29.6.3.5 a) “*enviar aos sindicatos documentação em português.....*”, ou seja, tiraria “*em português*” do item 29.6.3.1.1 e colocaria neste item.

O Sr. Rogério enfatiza que o importa é que a informação chegue aos sindicatos em português e que para a bancada dos trabalhadores não há oposição nas mudanças sugeridas.

O Sr. José Emílio sugere a Rosângela modificar o texto da norma que será enviado aos representantes da mesa com 30 dias de antecedência da próxima reunião abrangendo os itens citados a fim de serem discutidos.

9. Proposta de cronograma para realização do 3º Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário – FUNDACENTRO;

O Sr. Antonio Carlos da Fundacentro inicia informando que devido a problemas orçamentários há dez anos não é realizado o congresso, mas que a atual diretoria da Fundacentro reconhece a importância da realização do congresso e solicita ao grupo a formação da comissão executiva com representantes da bancada do patronato e dos trabalhadores. A previsão da realização do congresso é para maio de 2014 e falta ainda definir o local. Inicialmente, o Rio de Janeiro foi sugerido, no entanto, devido à proximidade da Copa do Mundo, haverá grande dificuldade de conseguir hotéis. Explica que parte dos trabalhos burocráticos podem ser aproveitados dos anos anteriores e por isso espera-se sua realização para a data sugerida.

O Procurador do Trabalho presente na reunião, que também é Gerente do Porto Democrático, se interessa em participar do processo de organização do congresso e em reunião nacional do órgão irá expor sua participação.

O Sr. Antonio Carlos acrescenta que no congresso poderá se dar publicidade do manual Técnico da NR-29 , através da apresentação do mesmo.

José Emílio comenta que o congresso inclui aquaviários e que hoje a clientela de aquaviários é enorme, colocando na mesa se tal evento comportaria as duas categorias envolvidas. Após várias discussões sobre a inclusão de portuários mais aquaviários, o Sr. José Emílio sugeriu fazer o mesmo comentário na reunião da CPNA para ver a opinião do outro grupo, caso haja a possibilidade convidará seus representantes para a reunião de organização.

O Sr. Ernani, representante da CONTTMAF, sugere manter as duas categorias devido à influência de uma sobre a outra, dizendo inclusive que a CONTTMAF interage nas duas áreas.

Fica acertada reunião no expediente da tarde, um dia antes dos trabalhos da CPNP, para discutir sobre o congresso.

10. Informes e outros assuntos.

O Sr. José Emílio informa que encaminhará a CTPP todos os itens compilados já discutidos e resolvidos para assinatura do ministro. A reunião da CTPP está prevista para 17 e 18 de setembro e abre a discussão para outros assuntos.

- Guanito, a pedido de José Adilson, representante CONTTMAF ausente nesta reunião, sugere palestra sobre a nova lei de modernização dos portos e sua repercussão sobre a NR-29.

- O Sr. Guanito externa sua preocupação com trabalhadores da retro área durante a abertura de containeres para desova e vistoria alfandegada. Alega que alguns desses containeres durante sua abertura expõem gases tóxicos, daí a necessidade de medição desses gases nessas ocasiões. Será apresentada proposta com texto de norma e justificativa para ser discutida na próxima reunião.

- O Sr. Rogério da FENCCOVIB sugere debate sobre plataforma de serviços e apresenta fotos sobre situações existentes em alguns portos, onde se coloca um container ao lado da carga a ser içada, sem escada de acesso e com desnível entre o apoio e a carga manuseada. Por outro lado, apresenta também fotos de plataformas de apoio com escada e proteção contra intempéries.

- O Sr. Rogério sugere que visita no Rio de Janeiro nos trabalhos em off-shore. Explica que os trabalhadores avulsos são requisitados, pagos, mas não trabalham nessas atividades e são substituídos por trabalhadores por tempo indeterminado. O Sr. José Emílio ressalva os cuidados que devemos ter para que nossas visitas não sejam usadas politicamente.

- Encerra-se a reunião com data acordada para 6,7,8 de novembro, lembrando que o dia 6 será a tarde para discussão específica sobre o congresso.

Após, o Sr. José Emílio despede-se do grupo, uma vez que entrará com solicitação de aposentadoria e provavelmente não participará da próxima reunião. Vários representantes do grupo externaram seus sentimentos e elogiaram a conduta de Emílio durante todo o período que esta comissão se reuniu. Obrigada Emílio, sentiremos sua falta.